



A ASAE apreende todos os anos material contrafeito avaliado em vários milhões de euros

Pirataria rouba milhões em impostos ao Estado

Congresso. Especialistas reúnem-se para discutir protecção da propriedade intelectual

JOÃO CRISTÓVÃO BAPTISTA

Todos os anos o Estado português perde várias dezenas de milhões de euros em receitas de IVA devido à pirataria e à contrafeição. O alerta foi feito ao DN por Manuel Lopes Rocha, advogado especialista em questões relacionadas com marcas, patentes e propriedade intelectual, que adianta que os sectores do *software*, da música e do cinema são os que mais sofrem com este "flagelo". Segundo o especialista da sociedade de advogados PLMJ, as questões associadas ao combate à pirataria serão um dos principais pontos de discussão do 2.º Congresso Nacional da Propriedade Intelectual, que se realiza este mês (ver *caixa*).

De acordo com um estudo da Business Software Alliance, uma associação internacional que representa a indústria de *software*, só em 2009 as perdas relacionadas

com *software* pirateado – entre programas, música e filmes – ascenderam a 179 milhões de euros. Um número que representa quase 36 milhões de euros em IVA que fugiram aos cofres do Estado.

No que diz respeito à contrafeição de produtos industriais, os dados da Associação Portuguesa de Consultores em Propriedade Industrial, mostram que nos últimos anos o negócio da contrafeição em Portugal terá ascendido a 180 milhões de euros, tendo escapado ao Estado a cobrança de IVA de mais de 40 milhões de euros.

Na opinião de Manuel Lopes Rocha, estes números mostram que "a propriedade intelectual está debaixo do maior ataque de sempre", uma situação que, defende, ameaça não só as indústrias da música, do cinema ou dos livros,

mas também o sucesso de empresas que dependem da sua propriedade intelectual e das suas patentes para se afirmar. "Empresas portuguesas como a Ydreams, a Bial ou a Critical Software precisam desta propriedade para consolidar os seus negócios", salienta.

De acordo com o advogado da PLMJ, a falta de meios dos tribunais continua a ser um dos inimigos dos processos anti-pirataria. "A legislação sofreu melhorias significativas nos últimos dois anos, com a introdução da Lei de Defesa dos Direitos de Propriedade Intelectual, mas o problema é que os processos vão parar aos tribunais de Comércio, que estão cheios de processos de insolvência", assinala, recordando que os processos podem arrastar-se durante vários anos até haver uma decisão final.

Manuel Lopes Rocha sublinha, no entanto, "que a actividade dos tribunais se tornou mais rápida, particularmente no que diz respeito à entrada de providências cautelares. Em dois dias é possível conseguir travar um caso de violação da propriedade intelectual e isso é positivo", sublinhou. O melhor funcionamento dos tribunais nesta matéria, avança o advogado, permitiu que a taxa de *software* pirateado passasse de 90% para 40% nos últimos anos. Elogia também o trabalho dos serviços alfandegários e da ASAE no combate ao material contrafeito.

Segundo o especialista, Portugal precisa ainda de passar por um processo de educação em relação à propriedade intelectual. "As pessoas não respeitam a criação e têm que perceber as implicações, em termos económicos e de desenvolvimento, que tem a utilização abusiva destes direitos de propriedade intelectual", conclui.

Foi pirateado 'software' avaliado em 179 milhões de euros em 2009

AVANÇOS

PROCESSOS
 > Todos os anos chegam aos tribunais portugueses milhares de processos e providências cautelares relacionadas com uso indevido ou usurpação da propriedade intelectual. No entanto, o advogado da PLMJ refere que há já uma sensibilidade suficiente para agir mais rapidamente nos casos mais complicados.

TRIBUNAL
 > Em Abril o Governo anunciou a criação em Santarém de um tribunal que se dedicará exclusivamente a processos relacionados com a propriedade intelectual. Embora a medida seja aplaudida, Manuel Lopes Rocha teme que este organismo rapidamente fique "sufocado" com processos judiciais. O advogado diz ainda que a centralização pode criar uma única linha jurisprudencial.

PATENTES
 > Os processos de registo de patentes continuam a ser extremamente morosos, devido à sua complexidade. Ainda assim, o especialista assinala a sua agilização ao longo dos últimos anos no nosso país. "Tornaram-se mais rápidos e mais baratos", revela, frisando que o processo de registo se pode arrastar por anos.

ENCONTRO

Evento pretende ter efeito sensibilizador

> Agendado para os dias 29 e 30 deste mês, na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, o 2.º Congresso Nacional da Propriedade Intelectual vai reunir especialistas de áreas tão diferentes como a música, o calçado, o *software* até a arquitectura. Organizado pela PLMJ em conjunto com a Microsoft, a Audiogest e a RECET (Rede de Centros Tecnológicos de Portugal), o evento pretende "mostrar a importância da propriedade intelectual para o desenvolvimento do País", adianta Manuel Lopes Rocha.

"Queremos passar uma mensagem positiva do tema e não uma mensagem repressiva, com um discurso positivo em vez de se avançar com um discurso de coacção", explicou ao DN, referindo que o interesse é que as pessoas entendam o que está em causa. Uma das novidades deste congresso está na análise do património público como propriedade intelectual de valor para Portugal.